

CAPÍTULO XXIII

O PURGATÓRIO

O purgatório é o suposto estado intermediário da alma, colocado pelo sistema romano entre o céu e o inferno. Os protestantes, de acordo com as palavras de Cristo: “Estes irão para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna” – Mat. 25:46 – só aceitam dois estados depois da morte. Na doutrina do purgatório os formulários romanos incluem a teoria de que os vivos têm poder para, por suas orações e obras, reduzir o tempo que seus amigos deviam passar naquele ambiente, ou pôr termo àquela reclusão.

§ 1. A doutrina romana do purgatório.- A doutrina romana ensina que existe, para além desta vida, um reino em que as almas que foram perdoadas e que, à época da morte, tinham em si pecados, permanecem por certo tempo. Ali elas se preparam para entrar na habitação celestial, de perpétua felicidade. A crença nessas coisas não foi sistema estabelecido na igreja até os tempos de Gregório o Grande, que tanto foi teólogo como papa. Ela se desenvolveu com o hábito de se fazer prece pelos mortos. A primeira sugestão acerca da existência de um estado intermediário foi feita quando Tertuliano aludiu a certa mulher que orava pela alma de seu defunto marido. No tempo de Agostinho, cerca de 400, assim dizia aquele teólogo, muitos havia que negavam a existência de semelhante lugar, embora ele pessoalmente o aceitasse e fizesse esforços por lhe demonstrar a existência.

Duzentos anos depois, Gregório reproduziu histórias de pessoas que voltaram da mansão purificadora e pediram missas e rezas em benefício de seus ocupantes. Esse pontífice, conforme diz a tradição, teve a graça singular de haver livrado a Trajano do lugar dos perdidos. O imperador romano e, segundo Belarmino, Falconilla, foram os únicos pagãos jamais libertados daquele lugar. O caso de Trajano foi muito discutido na Idade Média. Alguns escritores sustentaram que, antes que soasse a hora de ele descer ao abismo, foi libertado da sentença, graças à insistência de Gregório. Wyclif, sem rejeitar a história, defendeu a posição segundo a qual Trajano teria sido libertado do inferno por motivo de divina eleição, e não pelas rezas de Gregório. Entre as fábulas que Gregório referiu, figura esta: uma boa mulher de Portus, que havia observado a continência mas possuía uma língua depravada, fora encontrada, na noite que se seguiu ao falecimento – assim o testificou o zelador da igreja em que ela

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

fora sepultada – diante do altar, dividida em duas partes: uma parte ardia em chamas; a outra estava intacta. Na manhã seguinte os clérigos encontraram chamuscadas as lousas de mármore sobre que a metade da mulher tinha sido queimada. Utilizou-se do incidente para mostrar que o sepultamento na igreja não garante imediata passagem para o céu e que algum dos pecados da mulher continuava sem perdão. Se Gregório realmente acreditou na fábula, não será para admirar que ele tenha também acreditado na história que contou da alma de um bispo, que fora vista a ser levada para o céu num globo de fogo.

Durante a parte da Idade Média que se seguiu à morte de Gregório, a fantasia e a contenda dialética se divertiram a valer, no traçarem a geografia do mundo futuro, os tormentos do inferno e os tormentos existentes no purgatório. Essas descrições eram calculadas para encher de terror as almas vulgares, porque asseguravam, mesmo à grande maioria dos batizados, um período indefinido de sofrimentos, depois da presente vida, antes que o espírito se passasse para o estado celestial.

O purgatório foi localizado em qualquer parte do centro da terra e sua existência determinou a instituição da festa litúrgica de Finados. Corre a lenda segundo a qual um monge de Clugny, regressando da Terra Santa e se detendo na Sicília, ouviu rumores subterrâneos que, conforme lhe foi referido por um monge local, eram clamores de almas submetidas aos sofrimentos do purgatório. O piedoso peregrino acreditou no que lhe fora revelado e, após ter chegado a Clugny, relatou a experiência a seus confrades. Parece não lhe ter ocorrido que os rumores procedessem dos elementos subterrâneos do Etna. Em 998 o convento houve por bem de decidir a celebração de uma festa anual de oração pelos mortos, agora conhecida pelo nome de Finados e observada a 2 de novembro.

Adotou-se o conceito de que os sofrimentos infligidos no purgatório são produzidos pelo fogo material. Este foi o ensino de Gregório. Aduziu-se a opinião de que aqueles tormentos eram também infligidos pelos demônios, opinião rejeitada por Tomaz de Aquino, embora esse teólogo tivesse chegado ao extremo de admitir que os demônios se achavam presentes enquanto os sofrimentos do purgatório eram aplicados, assistindo a eles. Tomaz ensinou que os espíritos desencarnados são mentalmente torturados como se vissem chamas – *anima videndo affligitur* – assim como o cativo,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

fora da prisão, pode ser constantemente atormentado por visões imaginárias da prisão; mas os espíritos são também castigados pelo fogo material, sendo seus sofrimentos mais severos do que qualquer outro que se possa experimentar neste mundo. Cinquenta anos após a morte do escolástico, as fantasias medievais do purgatório e do inferno encontraram na Divina Comédia de Dante uma dramatização realística. Em suas três partes – Inferno, Purgatório e Paraíso – o poeta sagrado conduz o leitor das entranhas do abismo ao mais alto céu, onde ele colocou S. Bernardo e outros santos a louvarem a inefável Trindade. O inferno, segundo a descrição de Dante, se compõe de uma série de apartamentos escuros e aterradores, em que poços de breu ardente e chamas de fogo, precipícios escarpados e pavimentos em brasa se sucedem, enquanto que os dragões e os gritos desesperados dos perdidos enchem o ambiente. Na funesta habitação, o nome de Cristo jamais se ouve – e no pórtico d entrada se acham inscritas estas palavras:

“Deixai toda esperança, ó vós que entraís”.

Assenhorando-se da doutrina medieval, o Concílio de Trento definiu o purgatório como um estado de expiação e não de arrependimento. O impenitente não tem entrada ali. É uma espécie de vestíbulo, um sanatório, onde os que pertenciam à igreja neste mundo permanecem, até que se purifiquem de todos os pecados, que tenham resistido à penitência e à extrema-unção. Não só todos os adultos, exceto os santos, devem passar pelo purgatório, mas também todas as crianças batizadas, as quais devem ser purificadas da inclinação pecaminosa – *fomes* – muito embora não tenham cometido pecado atual. Nenhum de seus ocupantes se atormenta como temor de cair no inferno. Todos estão imbuídos da certeza de alcançarem o céu. A duração exata de sua detenção não é conhecida de nenhum papa ou teólogo. Nada se ensina, a não ser que a detenção continuará, até que a mancha do pecado seja totalmente removida, e tenha sido destruída toda a vontade de pecar. Ao que parece, os habitantes do purgatório não têm parte na realização de sua própria purificação, por meio de alguma coisa que façam. O Catecismo Tridentino falado “fogo do purgatório em que as almas dos justos são purificadas, para que possam finalmente ser admitidas na eterna pátria, em que coisa alguma entra que contamine”. O Catecismo de Pio X define o estado da alma no purgatório como sofrimento transitório, ocasionado pela separação de Deus e por outras penas, destinadas a tirar da alma todo o resto do pecado – *ogni resto di peccato*. A definição do Catecismo Plenário diz que “o purgatório é o estado em que sofrem por

algum tempo os que morrem culpados de pecados veniais ou sem terem satisfeito a pena devida a seus pecados”.

§ 2. O cardeal Belarmino e o Purgatório.- O cardeal Belarmino colocou o purgatório nas entranhas da terra – *intra viscera terræ* – e próximo ao inferno, se bem que em local mais alto do que o mesmo inferno – *inferno ipsi vicinum... in loco inferni altiore*. Esta opinião ele a fundou nas erupções dos montes Etna, Vesúvio e Hecla. O último era uma fantástica montanha da Irlanda, da qual se dizia que constantemente saíam chamas e onde – ao que refere o cardeal – frequentemente apareciam almas.¹ A alma de Teodorico, rei ariano – o cardeal também o refere – foi vista no momento da morte a ser atirada na cratera do vulcão siciliano. Quanto ao fato de os demônios vexarem ou não as almas no purgatório, o cardeal deixou a questão em suspenso. Para ficar do lado seguro, evocou supostas revelações, calculadas para provarem que eles o faziam. Igualmente arrolou muitas citações para demonstrar que os sofrimentos do purgatório são mais cruéis do que possam sê-lo os sofrimentos terrenos, embora o purgatório seja a parte mais moderada das regiões infernais e algo semelhante a prisão senatorial ou cárcere privilegiado – *carcer senatorius et honoratus*. Tomaz de Aquino havia representado as penas espirituais como alguma coisa que excede a qualquer dor que se experimente aqui, sob a alegação de que o desejo que há no purgatório da visão de Deus é muito maior do que o desejo que se experimenta sobre a terra. Quanto à natureza do fogo do purgatório, Belarmino aceitou o conceito de ser ele verdadeiro fogo material – *verum et proprium ignem* – mas, ao mesmo tempo, declarou que tal opinião não era partilhada por todos e que um juízo sobre tal assunto não é matéria de fé. No século XIX, Mohler assinalou grande divergência com o cardeal, ao expressar a opinião de que não há “no purgatório nem um fogareiro de brasas”.

Em abono da existência do purgatório, Belarmino aduziu exemplos de certo número de pessoas que regressaram à terra, desde Samuel até sua própria época. Por exemplo: Sta. Brígida, que viveu no século XIV, tinha-se habilitado, por suas experiências do mundo inferior, a projetar muita luz sobre os sofrimentos dali e sobre o alívio que as almas recebiam através dos bons ofícios dos vivos. Entre os papas que estiveram no purgatório, figura Inocência III que, cercado de chamas, apareceu a Sta. Lutgardes, informando à santa que havia com enorme dificuldade escapado ao inferno e rogando orações. Embora cinco séculos fossem decorridos sobre a morte do pontífice, quando Belarmino escreveu, o cardeal refere que em seu tempo não se sabia se

Inocência já havia sido libertado ou não. Esse caso – prosseguiu – “enche-me de real aflição todas as vezes que nele penso”.² Contam-se histórias de almas que foram vistas a passar do purgatório para o céu. Santa Teresa, por exemplo, teve visões dessa espécie e contemplou grupos desses peregrinos sem rumo, que em geral levavam diante de si uma alma flamejante, com quem Cristo, descendo do céu, se encontrava, abraçando-a. Parece que é privilégio de todos os mortos, membros da ordem dos Jesuítas, terem a honra de tal acolhida.

§ 3. Argumento em defesa do purgatório.- Em adição às provas da existência do reino expiatório, baseadas no testemunho dos vivos, que ali estiveram, têm-se tirado argumentos das Escrituras, dos Padres, da razão e até de passagens de Platão e de outros escritores pagãos. A única base plausível, de origem bíblica, em abono da doutrina, é a que se encontra em II Macabeus 12:42-45, livro que os protestantes não aceitam como parte do cânon. A citação é com frequência inscrita à entrada dos cemitérios romanos. A narrativa de Macabeus é a seguinte: na batalha de Judas Macabeu contra Gorgias, foram feridos uns tantos judeus. Em seus corpos se acharam amuletos consagrados a ídolos. Judas, acreditando que a morte desses combatentes fora castigo atraído por sua idolatria secreta, enviou 2.000 dracmas ao sumo sacerdote, em Jerusalém, para serem “oferecidas como uma oferta pelo pecado”. Porque – prossegue a narrativa – “se Judas não tivesse esperança de que se erguessem de novo os que caíram, teria sido supérfluo orar pelos mortos. Portanto, ele fez reconciliação pelos mortos, para que pudessem ser libertados do pecado”. No que se refere à significação dessa passagem, as palavras quando muito provam que a crença em um estado intermediário foi partilhada por judeus do partido dos Macabeus. As palavras provam, entretanto, em demasia – e são inconsistentes com a doutrina romana. O pecado dos soldados que morreram foi o de idolatria. Os idólatras, segundo a teoria romana, vão diretamente para o legítimo inferno, a não ser que sejam salvos pela livre misericórdia de Deus. Excetuada a referida passagem, a palavra “purgatório” não ocorre nas Escrituras. A palavra “sheol”, empregada no Velho Testamento, designa o mundo invisível a que vão ter os mortos, sendo traduzida na versão americana Revista ora por “sepulcro”, ora por “abismo”, conservando-se em outros lugares a forma hebraica original. No novo Testamento, as palavras designativas do mundo futuro são céu, *hades* ou *gehenna* e inferno. *Hades* é o lugar a que vai ter o espírito dos que morrem, mas não pode significar purgatório, porque na parábola do Rico e Lázaro – Luc. 16:23 – se

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

registra que o *hades* é um lugar de tormentos e que “um grande abismo” se interpõe entre ele e o “seio de Abraão”, de modo que os que se acham no Hades não podem passar para o local em que se encontra Abraão. A Vulgata traduz a palavra por *infernium*; a Versão autorizada por *hell* (inferno) e a Versão Revista, seguindo o grego, por *hades*.

As passagens tiradas do Novo Testamento, e citadas por Belarmino e outros escritores católicos romanos, são inaplicáveis, conforme os contextos o demonstram. São as seguintes: Mateus 12:32: - “ao que disser alguma palavra contra o Filho do homem, isso lhe será perdoado; porém ao que falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro”. Desta passagem, mesmo desde Agostinho – *de civ.* 21 – tem-se tirado a conclusão de que os pecados podem ser perdoados depois desta vida, interpretação que se torna impossível à luz da passagem paralela – Mar. 3:29: “quem blasfemar contra o Espírito Santo, nunca mais terá perdão, pelo contrário, é réu de um pecado eterno”. O cardeal Belarmino percebeu, contudo, a dificuldade, mas assegurou que Marcos, sendo o mais resumido dos evangelhos, deve ser interpretado por Mateus e sua narrativa. A segunda passagem, I Cor. 3:15 – “se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas o tal será salvo, todavia, como através do fogo” – foi primeiro usada por Agostinho, como prova possível do purgatório, e depois o foi com segurança por Gregório o Grande. Quando se lê todo o contexto, a significação se revela justamente ao contrário. A expressão “salvo pelo fogo” é proverbial, tendo o sentido de “salvar-se a custo”, e, se se referisse a purgatório, este incluiria a todos – tanto os que vão para o inferno como os que vão para o céu, porque se declara que “o dia do juízo revelará sua obra e toda a obra do homem será provada pelo fogo, qualquer que seja ela”. Na terceira passagem: “Em verdade te digo que não sairás dali até pagares o último ceitil” – Mat. 5:26 – Cristo falava da prisão a que o juiz entrega os criminosos civis. Agostinho interpretou as palavras como alusivas à punição eterna; Belarmino, porém, as erigiu em prova do purgatório.

Se à luz do Novo Testamento, a doutrina do purgatório não possui garantias, pode haver argumento em seu favor, tirado da razão, argumento que assim se expressa: os cristãos, saindo do mundo, levam consigo imperfeições e um hesitante desejo de pecar; e, para que se tornem aptos para o céu, deve existir um lugar onde se removam aquelas condições espirituais. A resposta é a seguinte: as imperfeições e os restos do desejo de pecar são uma coisa; a culpa não perdoada é outra. João declarou, na verdade,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

que coisa alguma de impuro pode entrar no céu – Apoc. 21:27; mas os Apóstolos deixaram claro que toda culpa é perdoada neste mundo àqueles que se apropriem dos méritos de Cristo. O próprio Cristo disse: “Aquele que crê em mim tem a vida eterna e não entra em condenação, mas passou da morte para a vida” – João 5:24. O homem libertado de um abismo ou de uma prisão, não precisa demorar-se em lugar apartado para que se torne apto à plena liberdade.

§ 4. Objeções protestantes.- Os reformadores protestantes unanimemente negaram a existência do purgatório. A princípio Lutero fez exceção à regra e o admitiu como opinião piedosa, embora sua réplica a Leão X, 1520, escrevesse que a existência daquele lugar não podia ser provada em parte alguma das Escrituras canônicas e que, se I Cor. 3:15 e outras passagens bíblicas fossem necessárias para provar tal existência, então não existiria semelhante lugar. Mais tarde o Reformador repudiou a doutrina e nos Artigos de Schmalkald ele a classificou como simples engodo do diabo, para desacreditar a verdade de que só os méritos de Cristo libertam a alma. Em suas *Sessenta e Sete Conclusões*, disse Zwinglio que “as Escrituras genuínas nada sabiam de um purgatório depois desta vida”; e Calvino tomou igual atitude – *Inst.* 3:5-6. Os Reformadores ingleses chamaram-no “o purgatório do papa”, em oposição ao “purgatório visível” desta vida. Tyndale observou que “a coisa mais estranha de todas é que o papa tenha ali todo o poder e Deus absolutamente nada possa fazer, enquanto que, neste purgatório terreno, o papa nada possa fazer”. *Resposta*, p. 121.

A controvérsia sobre o purgatório, travada entre Sir Tomaz More e os defensores da nova ordem, foi um dos mais ruidosos episódios da Reforma. O chanceler, em resposta à *Súplica dos Mendigos*, de Fish, escreveu seu tratado – “As pobres almas desalojadas do purgatório” – *Obras*, ed. 1557, pp. 288-339, que começa com as palavras: - “A todo o povo cristão, da maneira mais tocante, continuamente clamamos e invocamos vossa caridade e a mais terna piedade, pedindo auxílio, conforto e socorro. Vossos antigos conhecidos, filhos, filhas, esposas, esposos, companheiros de folguedos e amigos, e agora humildes suplicantes, desconhecidos e meio esquecidos, prisioneiros de Deus e simples almas do purgatório, aqui morando e sofrendo os tremendos castigos e terrível fogo purificador, que corrói e calcina os detritos e sinais de nódoa de nosso pecado, até que a misericórdia de Deus Onipotente nos liberte daqui, se antes disso o não conseguirem vossos bondosos e caridosos sufrágios”. O livrinho de Fish foi considerado por More “invenção ímpia e de perdição, tanto dos pobres como

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

dos ricos”. Em abono do estado intermediário, citou a suposta crença ininterrupta da igreja e o testemunho da Escritura, amaldiçoando aos detratores do purgatório, que “apelavam para a Santa Escritura, como se cressem na Santa Escritura”. Após citar o livro de Macabeus, o terceiro capítulo da Primeira Epístola aos Coríntios e outros lugares do Novo Testamento, disse More: “Nem por um momento nos admiramos da ignorância ou do despudor ilimitado de todos os que, tendo qualquer entendimento, ousam tratar-se de cristãos e ainda negam o purgatório”. A respeito de Tyndale, disse Sir Tomaz More e cremos que de maneira jocosa: “Admira-me que Tyndale negue o purgatório, a não ser que ele pretenda ir para o inferno”. A essa sugestão, replicou Tyndale – *resposta*, p. 143, 214 – que “pretendia purgar aqui, até o limite de suas forças, e esperava que a morte poria fim e cobro a sua purgação... e, se outra purgação houvesse, entregava-a a Deus. ... More, escravizando seu raciocínio ao papa, diz que ‘Deus perdoa a pena eterna e ainda me punirá por mil anos no purgatório do papa’ – o que me não deixa nenhum sabor na boca”.

A existência do purgatório foi explicitamente repudiada pelas Confissões protestantes, com exceção da de Augsburgo. Os XXXIX Artigos consideram a doutrina romana como “uma coisa fantástica, ocamente inventada e fundada sobre a ausência de apoio escriturístico, mas, ao contrário, repugnando à Palavra de Deus”. O purgatório foi qualificado pela Confissão Galicana como “uma ilusão, procedendo da mesma forja de que saíram os votos monásticos, peregrinações, indulgências e todas as coisas dessa espécie, por meio das quais os homens esperam merecer perdão e salvação”. As supostas aparições de Samuel e de outros mortos foram colocadas pela Segunda Confissão Helvética “entre as ilusões, mentiras e enganos do diabo, o qual se pode transformar em anjo de luz”.

As razões pelas quais os protestantes negam a existência do purgatório são as seguintes:

1. O Novo Testamento fala explicitamente de céu e inferno, mas não menciona um reino intermediário. Na parábola das Virgens, somente se descrevem dois estados: as cinco virgens prudentes, que se achavam preparadas quando, à meia-noite, apareceu o noivo, entraram para as bodas; as cinco virgens loucas foram excluídas – Mat. 25:1-13. A parábola do Rico e Lázaro somente descreve dois lugares. O homem

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

que foi assalariado à undécima hora, recebeu tanto como o que havia trabalhado o dia inteiro.

2. O Novo Testamento fez referência a várias pessoas que, morrendo, foram, segundo parece, imediatamente para o céu: Estêvão, estando a morrer, viu os céus abertos e o Filho do Homem assentado à mão direita de Deus; e ao ladrão moribundo disse Cristo: “Hoje estarás comigo no paraíso” – Luc. 23:43; Atos 7:56. Do ponto de vista católico romano, é difícil compreender como podia o ladrão ter-se repentinamente transformado num santo, sem previamente realizar uma série de boas obras.

3. Paulo e os outros Apóstolos esperavam que seus sofrimentos terminassem com esta vida mortal. Perto da morte, Paulo exclamava que “desejava partir e estar com Cristo, o que seria muito melhor”; e João ensinou que “o que morre no Senhor descansa de seus trabalhos” – Fil. 1:23; Apoc. 14:13.

4. Os protestantes igualmente negam a doutrina do purgatório, com o fundamento de que ela se presta a encorajar a crença de que os homens possam continuar no pecado., contanto que sejam batizados e não tenham sido excomungados pela igreja, e morrem sem temor, acreditando que, afinal, serão salvos e irão para o céu. No purgatório a culpa de suas transgressões será purificada e ninguém que vá àquele lugar correrão risco de se escorregar para o inferno. O protestante sustenta que a presente vida é a única oportunidade de arrependimento e o completo perdão de Deus é obtido aqui. Quando Paulo pregou em Atenas, que “Deus ordenou que todos os homens, em todos os lugares, se arrependessem”, a ordem se relacionava com o dia determinado para o juízo, “por meio daquele homem a quem ele havia escolhido”, nenhum vestígio havendo de qualquer hospital posto a meio caminho entre a terra e o céu. Os Reformadores do século XVI insistiram, como os protestantes o fazem desde então, no ensino de ambos os Testamentos, de modo que o pecador se apresse em arrepender-se e faça certa sua vocação e eleição, na expectativa do cumprimento da promessa de vida eterna, e no fato de lhe pertencerem desde já os benefícios da graça perdoadora, porque “agora é o tempo aceitável e hoje é o dia da salvação”.

O sistema romano de boas obras impõe um processo de purgação ou compensação depois desta vida, porque pelas boas obras e sofrimentos se faz a compensação dos pecados e transgressões. O Concílio de Trento ensina essa teoria, declarando que os pecados são, por assim dizer, pagos – *redimere* – por penitências

humanas. Em sua obra sobre o purgatório, o dr. Husslein expôs a teoria, afirmando que “a simples superveniência da morte não pode anular o fato da existência de transgressões não expiadas e da justiça divina não satisfeita, exigindo completa punição. Não sendo elas resgatadas nesta vida, certamente que devem ser pagas na outra. A alma que tenha sobre si pecados veniais ou satisfação ainda devida, está incursa em débito que deve ser pago, até o último centil, em outro mundo”. Por outro lado, pode-se razoavelmente arguir que nenhum pai manda o filho, a quem tenha perdoado, para a escola de regeneração. Ele conservará o filho em casa, para que possa receber todos os benefícios do lar, como fez, sem dúvida, o pai do filho pródigo. Nosso Pai Celestial – podemos espera-lo – não ficará em falta. Tão fácil lhe será conceder à alma redimida, pelo esplendor de sua presença, perfeito e imediato livramento, logo após nossa partida deste mundo, como o é aos raios do sol matinal dissipar, de uma vez por todas, as sombras da noite. É razoável supor que as imperfeições possam ser melhor corrigidas no próprio céu, na presença de Cristo e na companhia dos justos aperfeiçoados. O progresso espiritual, no sentido de crescente amor a Deus e maior amplitude de poderes intelectuais, pode-se entender que se processe na atmosfera benéfica do céu, na presença de Cristo e na companhia dos justos aperfeiçoados. O progresso espiritual, no sentido de crescente amor a Deus e maior amplitude de poderes intelectuais, pode-se entender que se processe na atmosfera benéfica do céu. A imediata visão de Deus, experimentada pela alma à hora da morte, foi afirmada por um papa, Bento XII, falecido em 1342, o qual não deixou dúvida quanto ao que pretendia dizer, declarando que as almas de todos os santos – quer dizer, de todos os cristãos – e “de todas as crianças batizadas, têm imediatamente a presença da divina essência... e as almas de todos os que morrem em pecado descem, após a morte, às regiões inferiores, onde são punidas com penas infernais”. A opinião de Bento foi, entretanto, condenada por seus sucessores, mas foi repetida pela Segunda Confissão Helvética e pelo Breve Catecismo de Westminster, que ensinam que “as almas dos crentes são, à morte destes, aperfeiçoada em santidade e passam imediatamente à glória”.

§ 5. A jurisdição do papa sobre o purgatório.- Acima de tudo, os Reformadores foram levados a rejeitar o purgatório em razão do intenso tráfico de indulgências, destinadas ao alívio dos mortos, o que estimulava entre os vivos a negligência das normas de conduta moral. Pelo sistema romano, o purgatório se acha sob a jurisdição da igreja militante, de modo que, para usarmos de linguagem forense,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

as almas do purgatório estão sujeitas ao foro eclesiástico – *de foro ecclesiae* – e estão especialmente sujeitas à boa vontade do pontífice romano. É sua prerrogativa especial aliviar o regime das penas do purgatório e, a seu arbítrio, dar por terminados os sofrimentos. A crença medieval, segundo a definiu Alexandre Triumphus, no século XIV, era esta: como o soberano pontífice tem poder para isentar a todos os vivos das penas do pecado, assim, como despenseiro dos méritos de Cristo, ele tem autoridade para esvaziar o purgatório – *purgatorium evacuare potest*. Em uma de suas bulas, publicada em 1476, Sixto IV alardeava autoridade para sacar indefinidamente sobre o fundo de méritos e que aquela autoridade é conferida do Alto ao papa, sendo parte do seu poder plenário. Contra semelhante conceito Wyclif levantou solene protesto, baseado em seu caráter antiescriturístico e nas consequências morais a que conduzia. Se – argumentava ele – o papa é capaz de libertar todas as almas do purgatório e de permitir que qualquer alma permaneça naquele lugar, então ele peca contra o amor; porque, se não liberta a todas, é pior do que um demônio; pois se um homem, no dia de sábado, tira a seu boi do buraco, que escusa possível pode haver para o supremo pontífice, retraindo a mão no livrar a todos?” – *de eccl.* 571.

§ 6. Orações e missas pelos mortos.- O meio usual, senão necessário, reconhecido no sistema romano, de assegurar alívio às almas detidas no purgatório, são os chamados sufrágios dos vivos – *suffragia fidelium vivorum* – entre os quais se incluem orações, esmolas, peregrinações e outras obras de piedade, mais especialmente, segundo o Concílio de Trento, “o aceitável sacrifício do altar”, isto é, missas pelos defuntos. Durante a Idade Média, nenhuma atividade sacerdotal excedeu à celebração de tais missas particulares., porque a eficácia das missas pelos defuntos dependia da ministração do sacerdote e de modo nenhum da presença de outras pessoas. Pela primeira das duas bulas publicadas por Sixto IV, os sofrimentos que os amigos e parentes mortos deviam normalmente padecer, podiam ser reduzidos, mediante o pagamento, pelo vivo, de certa soma de dinheiro – *certam pecuniam* – em benefício da construção da igreja de Saintes. A origem do costume papal de oferecer perdões que se poderiam obter em troca de ouro e prata, é com frequência datada dessa bula.; todavia, anos antes, já se entendia largamente que com pagamentos em dinheiro, com a dádiva de uma vaca ou de outros presentes a um sacerdote, podiam-se comprar missas para os parentes mortos. O perdão dos mortos – afirmou Wyclif – “se dá, não por amor, mas em troca de corrupção mundana. O rico pode comprar uma bula de perdões válida por um

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

milênio, embora seja amaldiçoado de deus por sua vida pecaminosa; e um pobre entrevado, que não tenha dinheiro e não possa arremessa-lo a Roma ou a qualquer outro lugar do gênero, não pode adquirir perdão do papa, seja, embora, santo e cheio de amor” – Ed. Matthew, 81. Oito séculos antes de Sixto e quase igual tempo antes de Wyclif, Gregório o Grande citava exemplos de pessoas que, tendo passado desta vida mortal, tinham sido ajudadas por missas.

Não pode haver dúvida de que, no século XVI, certas cartas papais concediam imediata libertação às almas do purgatório, se os sufrágios necessários fossem cumpridos pelos vivos e, em alguns casos, mesmo sem tais sufrágios. Isso é o que Paulus, autoridade católica romana no assunto, claramente assegura e, em sua vida de Tetzl, afirma que este regava com aprovação da igreja: 1) Que o pecador mais obstinado, sem contrição ou pecado, podia tirar um amigo do purgatório; 2) Que o dinheiro assegurava a libertação dos pecados, tanto mortais como veniais; e 3) Que uma indulgência assegurava a libertação imediata da alma condenada ao purgatório. A proposição de Wyclif, considerando simonia o receber dinheiro em troca de missas pelas almas, foi condenada por Martinho IV. Ao tempo da Reforma inglesa, Latimer chamou ao purgatório “nosso antigo ratoneiro velho” e o bispo Jewel disse que “desse único erro brotou tal colheita de mercadores de missas, que estas se vendiam por atacado comumente pelos cantos; os templos de Deus se transformaram em armazéns para recolher dinheiro e as almas tolas ficaram persuadidas de que coisa alguma era mais necessário comprar do que aquilo”.

Entre os santos lugares de Roma, no século XVI, em que o perdão podia ser obtido para as almas do purgatório, havia um altar na igreja de S. Pedro, para o qual Gregório I alcançara o seguinte privilégio: a alma por quem ali se dissesse missa, seria de uma vez libertada de seus sofrimentos. A igreja de S. Lourenço conservava a promessa de que, quem a visitasse todas as quintas-feiras, durante um ano, tiraria uma alma do purgatório. Um dos mais notáveis dentre todos os privilégios, é o que até hoje se atribui à santa escada – *scala santa* – em Roma. Quem quer que suba de joelhos, resgata uma alma, mesmo que esta tenha sido condenada a permanecer no purgatório até o dia de juízo. A experiência de Lutero, ao ajoelhar-se para galgar os sagrados degraus, tornou-os famosos nos anais da Reforma. A lei canônica – 824 – prescreve uma retribuição para as missas de réquiem, sendo o montante fixado pelo bispo. Os sacerdotes podem, entretanto, aceitar quantias maiores, contanto que os acréscimos

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

sejam dádivas espontâneas. Podem-se fazer combinações para missas a serem ditas por determinado período e podem-se fundar associações para missas perpétuas. As igrejas podem, por sua iniciativa, estabelecer missas regulares por seus primitivos sacerdotes e membros.

Vai aqui um caso de provisão feita pelo bem das almas do purgatório, ou por sua breve passagem por aquela situação. Um cidadão de Pittsburgh, falecido em março de 1920, deixou dez mil dólares para missas por sua alma, sugerindo que elas fossem ditas em diferentes altares. Em 24 de janeiro de 1924, foi celebrada missa solene por alma de Luiz XVI, executado cento e trinta anos antes. Conta-se que pouco tempo antes de sua morte, em 1924, dissera o cardeal Logue: “Dentro de poucas semanas, estarei no purgatório”. Existe a tradição de que, estando Belarmino moribundo – *Month*, 1924, p. 239 – Aldobrandini foi visita-lo, pedindo-lhe então que orasse por ele, visitante, quando chegasse ao céu. “Sim – respondeu Belarmino com um sorriso – na verdade o farei; mas vossa senhoria tem de esperar. Ir para o céu é grande negócio e não se pode consegui-lo tão facilmente. Quanto a mim, seria muito feliz se pudesse ter bastante certeza do purgatório”.³

Os próprios papas, a não ser que morram santos, fazem a peregrinação do purgatório, exatamente como os cristãos da mais humilde condição nesta vida. Todo visitante da catedral de S. Pedro, que se detenha em face da famosa estátua ajoelhada de Pio VI, feita por Canova, lê a inscrição: *ora pro nobis* – rogai por nós. Sobre o Pantheon de Roma e em diversas igrejas da cidade, podem-se ler inscrições como esta: “Perpétuas indulgências plenárias para os vivos e os mortos”. Na entrada da bela e nova igreja católica romana, às margens do Tibre, está escrito: “Ao Coração de Jesus, pelas almas que estão sendo tiradas do fogo do purgatório”; e acima da inscrição se encontra uma figura esculpida de almas que habitam aquele lugar. Um dos veneráveis altares laterais da igreja papal de Avinhão é um altar privilegiado para orações pelos mortos – *autel privilegie pour les âmes du purgatoire*. As instituições católicas romanas estão distribuindo pedidos de contribuições, baseando-se na eficácia das missas de réquiem.⁴ Nas igrejas católicas romanas podem-se frequentemente ler pedidos impressos de orações pelos mortos. Em fevereiro de 1924, o autor viu fixadas, em Londres, na catedral de Westminster, uma centena talvez de anúncios, pedindo orações para, por exemplo, “o repouso da alma da irmã Teresa”, para a “alma do reverendo James Canon

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Keatinge, desta igreja”, e por alma de outros. Alguns deles contavam quinze anos de idade.

A oração do Senhor não contém sequer vestígios do costume de orar pelos mortos. Nem o Novo Testamento os traz. Agostinho, é certo, disse que “por parte de alguns dos mortos as orações da igreja ou de certos indivíduos são ouvidas, mas somente por aqueles que foram regenerados na terra e receberam perdão”. Ele atendera ao pedido de sua mãe e orava por ela depois de sua morte. Neste ponto, Agostinho passou adiante de Paulo. As orações que o Apóstolo fazia pelos que se achavam ausentes e as orações que pediu que fossem feitas por ele próprio, eram orações de vivos para vivos. Tendo as Escrituras como seu único guia espiritual, os protestantes sustentam que, como a salvação do homem se estabelece aqui na terra, assim também os sofrimentos, quaisquer que sejam, que ele deva cumprir na luta para fazer a vontade de Deus, são suportados aqui. Se os mortos se perderam, nenhuma oração que fizermos poderá servir-lhes de auxílio. Se estão salvos, não necessitam de nenhuma oração que possamos fazer. Podemos, sim, rogar auxílio à prática das virtudes dos que já se foram e seguir seu exemplo, assim como foram imitadores de Cristo. Podemos orar para que alcancemos a graça de estar lá onde se acham nossos amigos, que morreram em Cristo. Podemos agradecer a Deus a influência e boas obras que derramaram, quando vivos. Mais do que isso não podemos fazer. Essas coisas foram belamente expressas na chamada oração dos pregadores, da Igreja Anglicana, de 1559: “Louvemos a Deus por todos os que partiram desta vida na fé de Cristo e permita Deus tenhamos a graça de dirigir nossas vidas de acordo com seu bom exemplo, para que, depois desta vida, sejamos, juntamente com eles, participantes da gloriosa ressurreição, na vida eterna”.

§ 7. O inferno.- O inferno, de acordo como sistema romano, está dividido em três partes – o inferno propriamente dito, a região dos pais – *limbus patrum* – e a região a que vão ter as crianças que morrem sem batismo – *limbus infantum*. No inferno propriamente dito, que é a “mais tremenda e negra prisão”, como foi definido pelo Catecismo Tridentino, estão todos os que pertenceram a terras cristãs e morreram impenitentes, e também todos os pagãos, judeus e maometanos, que são torturados “no fogo eterno e inextinguível”. Não há meios de fugir. Na Idade Média os tormentos infernais foram tratados com minúcia. As principais torturas do inferno eram, segundo Alberto Magno, “o fogo ardendo por dentro e por fora, as trevas envolvendo o interior e o exterior, os miasmas do lago, a terrível promiscuidade, a eterna presença da face do

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

diabo, as cadeias retinindo, embraseadas; o ranger de dentes, a lamentação e o sentimento da eternidade da prisão” – *Com. sobre a Mulher Forte, Obras*, 12:8. Tais descrições não serviam para auxiliar, mas para aterrorizar, lá onde o sacerdote fosse encarado como guia infalível. À vista de tais descrições, os missionários franceses no S. Lourenço escreveram para a França, pinturas feitas ao vivo de “almas na perdição” e de “demônios atormentando-as com serpentes, dilacerando-as com pinças e erguendo-as pelos cabelos, enquanto revelavam nas faces a miséria, a raiva e o desespero”.

Em seguimento a essa região tempestuosa, acha-se localizado o limbo ou esfera dos patriarcas, agora felizmente vazio e destinado a permanecer para sempre vazio. Inicialmente abrigava a todos os justos hebreus que morreram antes da paixão de Cristo, os quais nenhuma sensação possuíam de castigo. Cristo fora ter àquele lugar, no período compreendido entre a morte e a ressurreição. Subjugando o demônio e levando cativo o cativo, ele conduziu para o céu os habitantes daquele lugar. Até aquele momento, o céu permanecera trancado a todo filho de Adão, exceto os casos em que um ou outro obtivesse curta ausência de sua prisão, como foi o caso de Elias e Moisés, que apareceram com Cristo no Monte da Transfiguração. Tais são as explicações que os Catecismos de Trento e de Pio X, seguindo os ensinamentos dos Escolásticos, deram à cláusula do Credo dos Apóstolos: “desceu ao hades”.

O limbo ou região das crianças está situado, segundo Tomaz de Aquino, talvez um pouco abaixo do limbo dos patriarcas hebreus ou, segundo o cardeal Belarmino, sobre o teto do inferno, onde os fogos do inferno propriamente dito não chegam. Ali permanecem todas as crianças que morreram sem batismo, sejam filhas de pais cristãos ou pagãos. Seu destino é a penalidade do pecado original. Elas não mereceram o paraíso, como os Catecismos de Trento e de Pio X asseguram. De todas as penas, a delas é a mais leve – *Omnium levíssima*. Ali, naquela região desolada, as infelizes crianças, sem crime positivo de sua parte, permanecem para todo o sempre sem consciência de sofrimento, numa espécie de estado semiconsciente e sem esperança de um dia escaparem a seu melancólico destino. Elas não crescem ou não progridem. Através de toda a eternidade, permanecerão sem que vejam a Deus. A doutrina da perdição das crianças não batizadas, outrora também largamente ensinada por protestantes, não é mais, hoje, sustentada por eles. Aquela doutrina foi introduzida na igreja por Santo Agostinho, que deduziu tal ensino da teoria do pecado original e da suposta necessidade da água batismal à salvação. A crença medieval foi aceita pela

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

maior parte dos Reformadores protestantes. A Confissão de Augsburgo expressamente condenou os anabatistas, por ensinarem que as crianças podem ser salvas sem batismo. Calvino claramente afirmou que “algumas crianças vão, morrendo, pelo caminho de Sodoma” – *Inst.* IV: 16-17. Escrevendo contra Carolli, disse que “Deus precipita na morte eterna indefesas crianças arrebatadas ao seio de suas mães”; e, escrevendo contra Pighius, afirmou que “desde que as condições de nascimento e de morte são iguais para as crianças que morram em Sodoma e Jerusalém, e não há diferença em suas obras, por que, não há de Cristo separar, no último dia, uma das outras e, enquanto umas ingressem em uma vida melhor, Sodoma, porta das regiões inferiores, receba outras, ao nascer”? Uma exceção notabilíssima, entre os Reformadores, foi Zwinglio, que se pronunciou em favor da salvação de todas as crianças que morram na infância, procedam de pais cristãos ou pagãos. Esta crença o Reformador suíço a baseou na livre eleição de Deus, que determina quem se salva, e no fato de que as crianças são incapazes de compreender o Evangelho. O bispo Hooper, que foi educado sob os Reformadores de Zuric, aceitou essa idéia mais cristã e disse: “É mal feito condenar os filhos dos cristãos que morrem sem batismo, certos, como estamos, de sua salvação... Do mesmo modo eu julgaria os filhos de infiéis, que nenhum outro pecado têm, a não ser o original”.

O conceito medieval foi transportado para a Nova Inglaterra e expresso em linguagem gravativa no poema do professor de Harvard, Miguel Wigglesworth – *A Sentença de Morte*, 1662. O poema alcançou grande número de edições e focaliza a Deus arrazoando com as crianças reprovadas sobre a justiça de sua condenação e, em atenção à menor culpabilidade da parte delas, designando-lhes um “lugar mais confortável no inferno”. Há várias gerações, aquelas idéias foram expressas com precisão teológica e ilustrações repulsivas por Jônatas Edwards, com o que a presente geração continua estarecida, se bem que continue a respeitar a memória do piedoso e mais eminente dos pensadores religiosos dos Estados Unidos.

A original Confissão de Westminster, que declarava que “as crianças eleitas, morrendo na infância, são regeneradas e salvas”, claramente apresenta, em sua forma revista de 1902, a moderna esperança misericordiosa dos protestantes e talvez de muitos católicos romanos: “todas as crianças que morram-na infância, são incluídas na eleição da graça e salvas”. O exemplo dado por Cristo, quando recebeu criancinhas e as

abençoou, justifica a rejeição de qualquer destino irremediável reservado a elas, se morrerem sem batismo e sem oportunidade de ouvirem e compreenderem o Evangelho.

§ 8. O céu.- Para todos os cristãos, o céu é o final destino provido pela propiciação de Cristo. O acesso a ele está aberto, segundo protestantes, a todos os que aceitarem a Cristo como seu Salvador e Senhor e procurarem segui-lo. Segundo o ensino católico romano, o céu é alcançado desde logo pelos mártires e santos perfeitos, após a morte. Por outro lado, o número de beatificados se aumenta constantemente, pelo acesso concedido aos que se encontram no purgatório. Pensadores protestantes há que, no presente, podem sentir qualquer incerteza acerca da significação exata das Escrituras, no tocante à ressurreição dentre os mortos e ao tempo em que se inicia a vida futura; mas concordam em esperar pelo juízo geral, aceitando a garantia dada por Cristo, de que “Aquele que crê no Filho, tem a vida eterna” e que nenhuma purgação, numa esfera intermediária, atingirá os crentes cristãos, após a presente vida.

Bibliografia e Notas

Cat. Rom.: Conc. de Trento, XXIV, *Decrees* XXV e também VI; *can.* 30; *Cat.*, 1:4. – Belarmino, *de eccl.* – Mohler, 443-54. – Lehmkuhl, vol. 2: *under defuncti.* – Gibbons, 204-220 – Paulus: *J. Tetzl Abbé Louvet: Le purgatoire d'après les revelations des saints*, trad. alem., 1895. – Wilhelm e Scannell, 2, 535-566 – Husslein: *The souls in Purgatory*, pp. 34, 1920. Slater: 2:453 e ss. – Hanna, arcebp. de São Francisco, in *Cath. Enc.* 12:563-80. Prot.: Confs. II Helv., Gal., Westm., XXXIX Ars. – Schmid: *D. Fegfeuer nach kath. Lehre*, 1904. – Salmon, p. 205 e ss. – Kohler: *Dokumente zum Ablasstreit*, 1962. – Brieger: *D. Wesen d. Ablasses am Ausgange d. M. A.*, 1897. – Lea: *Auric Conf.*, etc. – Schaff: *Ch. Hist.* V, pt. 2, 756-787.

1. Belarmino aduziu em abono da teoria do fogo material do purgatório – *verum et proprium ignem*, - Gregório o Grande e Agostinho, mas não o tratou como dogma – *non de fide*. Nenhuma pena, disse Sir Tomaz More, é comparável ao sofrimento do purgatório. “Seu fogo tanto excede em calor a todos os fogos que jamais arderam sobre a terra, quanto os mais abrasadores dentre estes excedem ao fogo falso, pintado numa parede”, e ele descreveu as almas a gritarem a seus amigos na terra: “Se vos compadeceis do pobre, nenhum há tão pobre quanto nós. Se vos compadeceis do cego, não há cego como nós, que aqui nos encontramos na treva. Considerai que uma grande noite nossas almas suporta, velando insones, inquietas, ardendo, fervendo ao

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

fogo negro... algumas de nós por muitos anos a fio”. A tais apelos se dedicam cinco colunas.

2. O caso de Inocência é tratado por Louvet. Belarmino referiu que a irmã de Malaquias, a santa irlandesa, fez três aparições a Malaquias, depois da morte, a primeira vez vestida de preto, a segunda sob um véu e a terceira com roupa branca – sinal certo de que ela estava prestes a ser libertada do purgatório.

3. Um testemunho recente acerca da eficácia das missas pelos mortos foi dado por Husslein, p.34, que diz que “Sta. Margarida Maria recomenda como remédio soberano para as pobres almas do purgatório a devoção ao Sagrado Coração, especialmente missas em seu louvor. Aquela santa tinha o maior amor às pobres almas e, numa quinta-feira, enquanto velava diante do santíssimo sacramento, sentiu-se rodeada por aquelas pobres sofredoras e o Senhor lhe disse que as colocara à sua disposição por todo um ano, para que por elas fizesse tudo que pudesse. Suportou a santa os maiores sofrimentos por aquelas almas, mas finalmente viu duas delas pouco a pouco absolvidas e levadas para a glória, como pessoa que se mergulha em vasto oceano.”

4. Solicitação como a que se segue se coloca diante do escritor, datada de 20 de dez. de 1924, expedida pela Soc. de S. Bonifácio de N. York City, e tendo a “aprovação de Sua Eminência o Cardeal Hayes, D. D.” O aludido papel declara que “os sacerdotes não podem manter-se sem os estipêndios das missas” e acrescenta uma lista de seis diferentes espécies de missas, para uma esposa falecida, para um marido, etc., e também uma coluna para a quantidade de missas que o encomendante deseja sejam ditas. O seguinte apelo procede do Protetorado S. José dos Meninos, de Pittsburgh, de 15 de out. de 1920: “Nossa santa mãe, a igreja, recorda-nos cada ano nossa obrigação para com os fiéis defuntos. Por nossas orações, devoções e pelo santo sacrifício da missa, podemos abreviar o longo período do sofrimento que eles, de outro modo, seriam obrigados a suportar. ... O papa Gregório I ordenou que por trinta dias se dissesse missa por um monge recentemente falecido, o qual, ao fim daquele tempo, apareceu e proclamou que seus sofrimentos no purgatório estavam terminados. Enviai os nomes de vossos parentes e amigos falecidos ao Protetorado.... A necessidade das pobres almas parece nunca mais ter sido mais urgente. Que elas não clamem em vão por vossos auxílio. ... A alma de um parente, talvez tão cara como a própria vida, talvez não espere

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

senão pelos méritos dessas missas para que tenha fim o cumprimento da pena e o tormento do purgatório”. Sobre o inferno, a 24 de fev. de 1441 Eugênio IV declarou que “a santa igreja romana firmemente crê que pessoa alguma que não pertença à igreja católica, pagãos, índios, heréticos ou cismáticos, pode participar da vida eterna, indo eles para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”.

5. O Cat. de Pio X, resposta 100, diz: *Bambini morti senza battesimo vanno al limbo, dove non è premio soprannaturale ne pena, percha avendo il peccato originale e quello solo, non meritano il paradiso, ma neppure l’inferno e il purgatorio.*